

berdade é exatamente um meio através do qual o governo pode assegurar seus fins, ou seja, é um recurso do governo para que ele se efetive mais rápida e eficientemente. Se, noutras perspectivas, a liberdade é apontada como elemento essencial para que a sociedade se faça mais “justa” e “igualitária” (embora tais termos sejam bastante discutíveis), a perspectiva a partir da qual Bauman trabalha põe em discussão a idéia de que, em nossa época contemporânea, a liberdade não tem feito outra coisa melhor que sobrepor camadas sociais: “a liberdade de escolha, eu lhes digo, é de longe, na sociedade pós-moderna, o mais essencial entre os fatores de estratificação. Quanto mais liberdade de escolha se tem, mais alta a posição alcançada na hierarquia social pós-moderna” (p.118).

É a partir desta e de algumas outras idéias igualmente muito interessantes que Bauman põe em discussão (preferencialmente nos seis primeiros capítulos do livro) aquilo que ele chama de *estranhos*, destacando quem são os estranhos modernos e quem são os estranhos pós-modernos, como chegam a ser estranhos e sob que formas cada sociedade não apenas os cria, como também luta contra eles. Ao fazer isso, o autor também trabalha com as dimensões da incerteza pós-moderna (algumas delas comentadas anteriormente nesta resenha), passando por questões de identidade, diversidade, pobreza, justiça, entre outras.

Diferentes objetos vão sendo tematizados ao longo do livro, seguindo a maneira envolvente e criativa com que o autor nos apresenta suas idéias. Nos capítulos 7 e 8, Bauman tece comentários extremamente interessantes acerca do significado conferido à arte pós-moderna em sua relação com o Modernismo, tomando-o como um movimento artístico de van-

guarda, mas de inspiração e ideais ainda modernos.

Temas como “a verdade, a ficção e a incerteza” povoam o capítulo 9, fazendo dele, a meu ver, um dos que mais podem interessar ao campo educacional não apenas porque trabalha com as noções de verdade, razão, ciência, história e diferença, mas também porque, ao fazer isso, passa por questões referentes ao papel conferido ao filósofo e à tarefa assumida pela filosofia moderna.

Nos outros cinco capítulos finais, Bauman discute, respectivamente, o conceito de cultura, enfatizando a “crise paradigmática” pela qual o discurso cultural está passando (capítulo 10); a “redistribuição pós-moderna do sexo”, revisitando a *História da sexualidade*, de Foucault, na qual aponta três desvios fundamentais, envolvidos com a revolução educacional, e trabalha com a questão da infância e dos sentidos conferidos à sua sexualidade no que se refere à organização e remodelação do espaço e das relações sociais (capítulo 11); a imortalidade e os valores religiosos pré-modernos, modernos e pós-modernos, a partir dos quais faz uma muito útil discussão acerca da importância assumida por “especialistas da alma” e “restauradores da personalidade” em nossa época contemporânea, que, em suas palavras, é “a era do surto de aconselhamento” (capítulos 12 e 13); a origem e os sonhos do liberalismo e do comunitarismo, argumentando que apesar de todas as diferenças de princípios que aparentemente possa haver entre eles, “tanto um como outro são projeções de sonhos nascidos da contradição real inerente à difícil situação dos indivíduos autônomos” (p.245).

Perante tais temas e a forma como são abordados e desenvolvidos no livro, o que mais posso eu dizer de *O mal-estar da pós-modernidade* se-

não que, além de ser extremamente atraente, cativante, convidativo e simpático, é da mesma forma útil e de grande proveito a todos/as aqueles/as que estão interessados/as em uma séria, curiosa e instigante discussão acerca de algumas das mais importantes transformações contemporâneas que são, simultaneamente, operações *de* e operadas *por* nossas formas também contemporâneas de viver. O livro traz como temáticas de discussão coisas tão aparentemente distantes entre si mas que certamente convergem, senão em muitos aspectos, ao menos em um: *o mal-estar da pós-modernidade*. Talvez seja isso, e a forma como Bauman coloca isso, o que de mais sedutor encontrei nesta obra.

Karyne Dias Coutinho

Mestranda em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

MEYER, Dagmar E. Estermann.

Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS: Edunisc & Sinodal, 2000, 242p.

É comum que livros tratando de temáticas consideradas muito específicas sejam destinados a um público mais restrito, diretamente interessado naquele tema. Com as inúmeras demandas que aquelas/es que se dedicam à educação têm cada vez mais, a idéia corrente é que se acabe tendo uma atitude pragmática de apenas ler o que diretamente se liga aos projetos aos quais se está dedicando. O livro de Dagmar E. Estermann Meyer, pela temática, tem forte chance de acabar caindo na categoria de “muito específico”. Se, ao ler o título, você está tendendo a categorizá-lo desta forma, minha forte recomendação é: pense outra vez. Neste livro, a autora oferece

não somente exaustiva e competente análise de sua temática de pesquisa mas também excelente exemplo de como é possível operacionalizar, na análise concreta das fontes empíricas, as categorias de análise do referencial teórico com o qual se trabalha. O trabalho de Dagmar Meyer é, portanto, de grande interesse para todas/os que se dedicam à pesquisa na área das ciências humanas em geral e, em particular, da educação.

O livro tem como tema geral a construção de uma identidade docente entre os imigrantes alemães evangélicos que colonizaram o Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX. A autora busca entender como as representações em torno da cultura teuto-brasileiro-evangélica constituíram esta identidade docente particular. De forma a caracterizar estas representações e suas influências, a autora inicia com uma discussão sobre os conceitos de bagagem cultural e cultura. Em muitos estudos sobre os/as imigrantes alemães, estes/as são caracterizados como um grupo com *uma* cultura proveniente da Alemanha, onde também existiria apenas *uma* cultura. O que Dagmar Meyer demonstra é que esta cultura não é homogênea entre o grupo de imigrantes e tampouco é homogênea na Alemanha. E mesmo que a noção de bagagem cultural não seja totalmente adequada, a autora mostra como até este conceito implica a idéia de escola: quando alguém prepara a bagagem, há sempre um processo de seleção do que vai compor esta bagagem. Nunca é possível carregar tudo o que se tem, em mudanças e viagens.

Este processo de seleção não aparece na maioria das histórias que se contam sobre os imigrantes e suas culturas. Dagmar Meyer passa a se preocupar, portanto, em rediscutir o próprio conceito de história. Ao examinar este conceito, a autora, seguindo Foucault, afirma que a história não é

“um campo [no qual] se descreve e analisa fatos e acontecimentos [mas] um campo que os produz e modifica” (p.20). Este vai ser um conceito central para a autora que, ao escrever a história de como a identidade docente se formou no contexto estudado, problematiza a aparente homogeneidade do grupo de sujeitos teuto-brasileiro-evangélicos. No processo de desconstrução desta noção de indiferenciação interna, problematiza também a noção de cultura do grupo estudado e as representações que constituíram esta mesma noção, buscando assim reconstruir esta história de como os discursos sobre a cultura criam representações que ganham efeito de verdade.

Com esta discussão, Dagmar Meyer quer propor uma “reconceptualização do conceito de cultura” (p. 46). Para ela, a melhor maneira de entender a cultura é vê-la como um campo de contestação e luta. Com os Estudos Culturais, a autora entende a cultura não como crenças, rituais e tradições que formam uma totalidade homogênea, mas como um terreno no qual “estes fenômenos manifestos são produzidos através de sistemas de significação, estruturas de poder e instituições” (p. 51). Ou seja, aquilo que é apresentado como o “legado” dos/as imigrantes teuto-brasileiro-evangélicos/as é, na verdade, uma construção social, na qual o que não é dito é tão importante quanto o que é explicitado.

A autora dá consistência a sua análise através da ligação desta discussão sobre a noção de cultura com os conceitos de poder, linguagem, discurso, articulação e desconstrução, entre outros. Mas estes conceitos não são abstrações justapostas à noção de cultura. Dagmar Meyer constrói um rico referencial que mapeia este terreno da cultura teuto-brasileiro-evangélica e mostra que na articulação de discursos religiosos, nacionais e políticos, vai-se

produzindo uma identidade docente masculinizada e fortemente influenciada pela Igreja Evangélica. Esta identidade docente não é, pois, formada por *um* grupo étnico e *uma* cultura homogênea. Ela é fruto de um processo de tradição e tradução cultural, de negociação entre culturas (p. 130), que se está processando nessas comunidades. Neste contexto, o Seminário Evangélico de Formação de Professores, criado em 1909, “materializou o espaço em que um processo educativo, engendrado no âmbito de um complexo jogo de relações de poder entre discursos e representações sociais, deveria transformar determinados indivíduos em sujeitos de discursos que instauravam e definiam um jeito de ser professor” (p. 153), e é estudado pela autora como um *locus* em que se pode examinar a construção da identidade docente.

Dagmar Meyer está claramente interessada nas questões de gênero e, de fato, sua curiosidade inicial foi saber por que só se passou a admitir mulheres no Seminário a partir de 1927. Mas sua atenção às questões de gênero não está ligada apenas a mapear a construção social de papéis femininos e masculinos; o que ela busca, seguindo Guacira Louro, é o exame das complexas redes de poder que constituem hierarquias sociais legitimadas pelas supostas diferenças entre homens e mulheres (p. 83). Afirma: “as representações hegemônicas de gênero (bem como as de raça e nação) fixaram os padrões a partir dos quais se instituiu o que é ser homem e mulher, como se educam meninos e meninas e, por extensão, o que podem/devem fazer da/na vida” (p.96). A escola, a igreja e a imprensa são locais privilegiados nos quais os discursos circulam e interpelam os sujeitos, posicionamos em seus “devidos” lugares, não somente em termos de gênero, mas definindo também, por exemplo, quem

pode e quem não pode ser professor. Assim, naquela cultura “traduzida”, rearticulada, a função de professor era comparável a de pastor; o professor devia ser uma liderança cultural e espiritual. Esta caracterização confere, sem dúvida, à atividade docente uma identidade masculina. O celibato era outra exigência para as poucas mulheres que se dedicavam à docência, mas dentro da teologia protestante a verdadeira vocação eram o casamento e a maternidade, o que coloca mais um entrave às mulheres na docência.

Todos estes elementos devem ser aqui conectados ao fato de que há uma questão de classe ligada à formação desta identidade docente. Enquanto a burguesia urbana deste período já vinha estimulando a educação formal das mulheres, não com destino ao exercício profissional, mas como uma formação para melhor exercer as posições a que elas se destinavam, nas zonas rurais (espaço onde está o grupo em exame) a idéia de educar moças que não exerceriam a profissão parecia um desperdício dos poucos recursos do Seminário. Dagmar Meyer mostra como o fato de as moças passarem a ser finalmente admitidas no Seminário não é resultado de uma mudança nos discursos hegemônicos, mas de um deslocamento da clientela deste mesmo Seminário. As moças que passam a frequentar o Seminário são filhas de pastores ou de professores e representam a desestabilização da “ruralidade” daquele local.

Assim, esta identidade docente tem uma clara marca masculina e Dagmar Meyer a vê como “um efeito de poder de representações culturais em que gênero, religião e nacionalidade se articularam de um modo particular” (p. 198).

No livro não há um referencial teórico separado da análise das fontes. A autora afirma que não quer “discorrer sobre” as suas escolhas teóricas

mas “colocar em funcionamento” estas escolhas (p. 26). Dagmar Meyer não somente *usa* os Estudos Culturais e os Estudos de Gênero para ir formando sua posição; ela constrói sua análise *fazendo* Estudos Culturais e Estudos de Gênero. Sua pesquisa deve ser categorizada, pois, não como mais uma simples aplicação de conceitos daqueles referenciais teóricos, mas como um estudo referencial de como é possível criar teoria em torno de um problema de pesquisa.

Dagmar Meyer, a partir de elementos particulares dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, gera um instrumental de análise que atenta ao contexto histórico-religioso-cultural, às dinâmicas de classe, raça e gênero e à normalização de sujeitos imersos em particulares discursos. A específica combinação que a autora constrói em seu estudo mostra-se particularmente eficaz para entender seu objeto de estudo. Chama a atenção, em especial, o fato de defender “uma abordagem que, mesmo pressupondo a produção discursiva do social e dos sujeitos, não implica a negação da existência material das pessoas, coisas e eventos, mas que sustenta que elas não têm, em si, significados fixos, uma vez que elas significam e se tornam verdadeiras somente dentro, ou pela articulação, de determinados discursos enraizados em contexto particulares e localizados” (p. 57). Esta é, sem dúvida, uma abordagem que avança as discussões do campo da educação, superando a equivocada polarização entre “discurso” e “materialidade”.

A contribuição do trabalho de Dagmar Meyer vai, no entanto, muito além de nos ajudar a entender melhor as circunstâncias em que se forma a identidade docente nas colônias alemãs. Seu livro nos dá inúmeras pistas de como é possível construir referenciais no processo de lidar com os dados. Sua contribuição principal não é o

fornecimento de “achados” que podem ser automaticamente transportados e “usados” em outras pesquisas (embora várias de suas análises avancem substancialmente o conhecimento em torno da noção de cultura, para citar apenas um exemplo). A autora insiste que o resultado de seu trabalho foi gerado em um processo de “compreender, por exemplo, como poderiam funcionar, na análise dos meus dados empíricos, conceitos como cultura e discurso, os quais eu já havia ‘aprendido’ previamente” (p. 27). Aí reside a grande contribuição deste trabalho: ao acompanhar o percurso de investigação, vemos os dados empíricos sendo articulados aos conceitos e neste processo a teoria ganha corpo, dá novos sentidos aos dados. A habilidade que a autora tem de conduzir-nos pelos caminhos que ela trilhou e fazer-nos descobrir com ela a utilidade da teoria, a necessidade de novos elementos teóricos para construir “nexos entre dados, reconhecer a pluralidade de sentidos contidos em cada um deles, mapear as relações de poder e delimitar os discursos que aí estavam presentes”, é o ponto alto de seu estudo. Todas/os as/os envolvidas/os com pesquisas, com questões de método, de como novo conhecimento é construído, terão muito proveito com a leitura deste livro.

Há um elemento, no entanto, que talvez poderia ter merecido mais atenção no trabalho. Na formação de uma identidade docente entre o grupo de teuto-brasileiro-evangélicos, formada na confluência de discursos religiosos, políticos e nacionais, não aparecem suficientemente os indivíduos lutando e renegociando as posições de sujeitos a eles atribuídas. Talvez tivesse sido interessante explorar ainda mais o que ele se propõe, fazer novas indagações à teoria, explorar suas limitações. Uma destas limitações parece ser, exatamente, a dificuldade de entender, no contexto da investigação, como os su-

jeitos rearticulam os discursos que pretendem conformá-los, ou seja, como estes sujeitos ressignificam e negociam estes discursos em sua vida cotidiana. Assim, por exemplo, quando as mulheres passam a ser admitidas no Seminário Evangélico de Formação de Professores, a autora mostra como esta mudança está ligada a interesses particulares e localizados e mantém inalterados os discursos que regulam a identidade docente. Embora concorde com ela e considere sua conclusão precisa e coerente com seu referencial teórico, minha questão é: quais são as instabilidades, interferências ou ruídos gerados nos discursos produtores de regulação e disciplina produzidos pela simples presença de corpos femininos neste Seminário? Mais especificamente, como estas mulheres negociam sua presença e que rearticulações são necessárias a partir destas negociações?

Minha indagação origina-se no fato de que há momentos, nas análises baseadas em Foucault (algo que não é, obviamente, exclusivo desta concepção), em que os discursos parecem criar posições às quais os sujeitos aderem sem que haja qualquer conflito. Com esta discussão não tenho nenhuma intenção de propor um recentramento do sujeito autônomo do Iluminismo; a grande contribuição de Foucault é exatamente o descentramento deste sujeito. Com Stuart Hall, autor que provê parte central dos argumentos do livro em discussão, quero, no entanto, afirmar que “uma vez que o descentramento do sujeito não é a destruição do sujeito e que o ‘centramento’ da prática discursiva não funciona sem a constituição dos sujeitos, o trabalho teórico não se realiza por completo sem que se complemente a consideração para com a regulação disciplinar e discursiva com uma consideração para com as práticas de

autoconstituição subjetiva¹. Nesta autoconstituição não há somente “docilidade” e “conformação”; uma pergunta relevante é como os indivíduos produzem e desempenham suas posições de sujeito dos discursos.

Sem dúvida é pedir demais a Dagmar Meyer que trate em detalhe ainda mais esta questão, depois de todas as inúmeras contribuições oferecidas por ela em seu livro – Stuart Hall admite ser esta uma das fronteiras ainda muito pouco exploradas pelas/os pesquisadoras/es das ciências humanas. Estas são indagações que, no entanto, só poderiam ter-se originado na leitura de um trabalho competente e instigante que provocou, em mim – bem como deverá provocar em todas/os aquelas/es que estudam as questões da cultura –, o desejo de explorar mais possibilidades, de pensar como rupturas internas aos discursos disciplinadores acabam por gerar novas articulações. É isto que se espera de um estudo que não apenas reproduz o uso de conceitos, mas os explora e os faz entrar em movimento dentro da análise do objeto de estudo. Isto é algo que certamente o trabalho de Dagmar Meyer tem a oferecer.

Luís Armando Gandin

Professor da Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Doutorando na University of
Wisconsin, Madison, USA.

LEMME, Paschoal. *Memórias 5*; estudos de educação e destaques da correspondência. Organizado por Jader de Medeiros Britto. Brasília: INEP, 2000.

Analisando-se os quatro primeiros volumes de *Memórias* editados anteriormente,¹ observa-se que, nos dois primeiros, predomina um caráter “memorialístico” da trajetória pessoal e profissional do educador, enquanto o terceiro e o quarto volumes apresentam estudos de sua autoria, já divulgados em outros momentos. *Memórias 5* reúne estas duas características.

Os trabalhos que integram este quinto volume das *Memórias*, de Paschoal Lemme, abrangem o período que vai do final dos anos de 1930 a 1960, com exceção de algumas cartas e da introdução. Inicia-se com o prefácio de Alberto Venâncio Filho, da Academia Brasileira de Letras, seguido da apresentação do organizador e da introdução do próprio autor, na qual este delinea o quadro das tensões ideológicas por ocasião da II Guerra Mundial e suas repercussões no Brasil durante o Estado Novo, bem como algumas questões que vão se refletir na educação e no ensino brasileiro, no período.

¹ Vol. 1 *Memórias*: infância, adolescência, sociedade; Vol. 2. *Memórias*: vida de família, formação profissional, opção política; Vol. 3 *Memórias*: Reflexões e estudos sobre problemas da educação e ensino; perfis: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Heloísa Alberto Torres, Humberto Mauro, Souza Silveira; Vol. 4 *Memórias*: estudos e reflexões sobre o problema da educação e ensino; participação em conferências e congressos nacionais e internacionais, documentos. Os quatro volumes foram editados por Cortez e INEP, os três primeiros, em 1998 e o quarto, em 1993.

¹ Stuart Hall e Paul Du Gay. *Questions of Cultural Identity*, Sage, London, 1998, p. 13, em minha tradução.